

As Dimensões do Espaço Urbano Público

Francisco Serdoura

Arquitecto, Professor Auxiliar da F.A.U.T.L.

fs@fa.utl.pt

Introdução

O objectivo deste artigo é o de analisar alguns dos principais aspectos do espaço público urbano. Na abordagem proposta focam-se aspectos relacionados com as características morfológicas, funcionais, sociais e ambientais da cidade.

A selecção necessária dentro de cada uma destas áreas de investigação foi naturalmente feita, tendo em atenção a relação entre a configuração urbana e a vida que as pessoas desenvolvem no espaço urbano público e, como essas preocupações têm sido determinantes no desenho da cidade em geral e do espaço urbano público em particular. Abordam-se as características tipológicas, funcionais e ambientais do espaço urbano, tendo em conta a vida pública que nele ocorre.

A dimensão morfológica e tipológica

As tipologias de espaço público destacam-se e diferenciam-se entre si, pelas suas características intrínsecas e pelas relações que as pessoas estabelecem com esses espaços. Nesta ordem de ideias, Lynch (1981) salienta um conjunto de indicadores que levam à distinção destas tipologias e que são relativos às características físicas do espaço público: o dimensionamento e estrutura intrínseca do espaço; o sentido de orientação transmitido aos transeuntes; e a sua densidade de ocupação.

Nas dinâmicas (económica, funcional, física e social) que se geram na cidade, os blocos de edifícios funcionam na estrutura urbana, como elementos que permitem a definição do espaço público. No entanto, a matriz de composição urbana (desenho urbano) pode ser definida por espaços vazios, onde as ruas, praças e outros espaços públicos não construídos, orientam a implantação da massa edificada (L. Krier, 1984). Para reforçar esta tese, Lillebye (2001:12) recorre ao trabalho do urbanista norueguês Harald Hals (1929), que escreveu sobre um dos seus planos o seguinte:

"(...) as ruas funcionam no plano da cidade como o esqueleto que suporta a restante estrutura urbana (...)"

(Lillebye, 2001:5)

Para Hals (1929), a rua era o elemento determinante quer para a configuração, quer para a dinâmica da cidade.

Alexander (1979:590-591) defende que as ruas para serem locais propícios ao encontro e permanência das pessoas, devem integrar um vasto e amplo espaço linear central, ladeado por dois troços estreitos de encaminhamento dos transeuntes [Fig. 1]. A tipologia da “*rambla*” catalã ou do “*boulevard*” parisiense constituem claros exemplos deste modo de encarar a circulação pedonal na cidade ao mesmo tempo que se oferecem espaços para estadia e para eventos ocasionais (mercados e feiras de ruas, exposições ao ar livre, etc.).

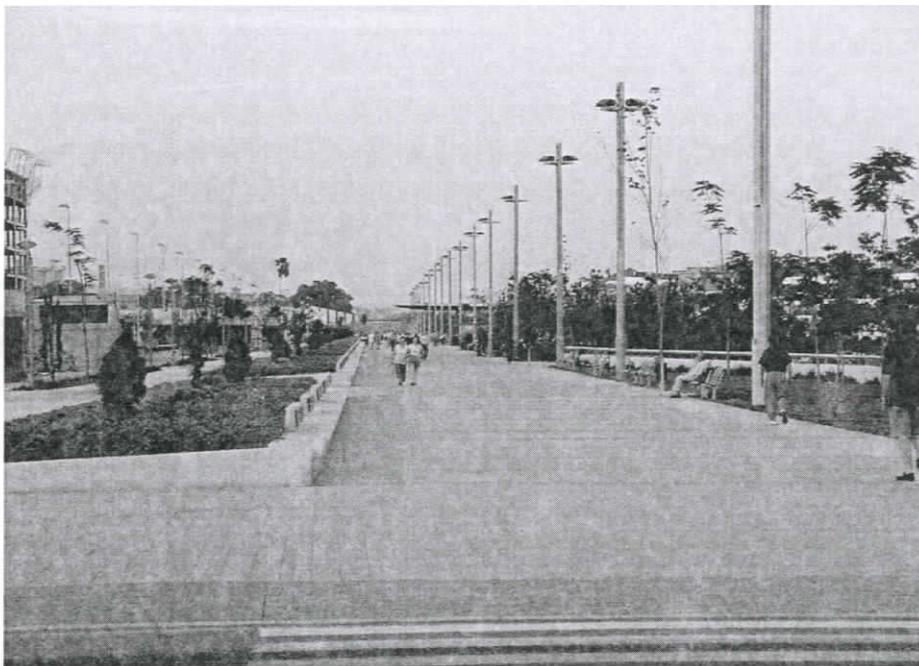


Fig. 1 Espaços lineares de encontro e permanência de pessoas – Córdoba, Espanha –.

Hoje o papel do espaço público, assim como a natureza e o conteúdo da interacção social que nele tem lugar varia com a classe, grupo étnico, idade, estruturas e tipo de especialização do bairro onde se localiza (Levitas, 1986:231). É cada vez mais claro, na sociedade actual, que o aumento da especialização e compartimentação da sociedade moderna deslocou para o interior do edifício muitas das actividades que antes tinham lugar na rua (Ellin, 1996:69-74).

Os locais onde têm lugar as actividades de sociabilização da comunidade são os espaços públicos não lineares. Esses espaços públicos fazem intencionalmente parte da estrutura urbana, mas também de forma casual, pois as pessoas confrontam-se e apropriam-se deles quotidianamente.

Do ponto de vista da concepção espacial, Gehl e Gemzøe (2000:31), distinguem os espaços públicos não lineares enquanto resultado das sucessivas intervenções na cidade, normalmente planeadas ou fruto de um acto voluntário.

Do ponto de vista da vida urbana (colectiva), os espaços públicos não lineares, em particular os mais recentes, agrupam-se de acordo com a forma, dimensão, uso e actividades que neles se desenvolvem (Gehl e Gemzøe, 2000:87).

Em complemento à tipificação de espaços públicos não lineares apresentada por (Gehl e Gemzøe, 2000) recuperam-se as ideias de Lynch (1981) ao afirmar,

"(...) a localização dos espaços públicos não lineares no território obedece a duas formas distintas. A primeira coloca os espaços públicos não lineares numa forma concentrada e contínua pelo território; enquanto a segunda torna o espaço público acessível a todos, subdivide-o em pequenas fracções, dispondo-o de forma dispersa no território."

(Lynch, 1981:436)

Para Lynch (1981:442-445) os espaços públicos não lineares estão organizados segundo seis tipos diferentes, dos quais se destacam três:

- > praças e largos, são espaços de encontro e lazer dos transeuntes, são locais de escape dentro do contexto urbano, onde proporcionar o bem-estar dos indivíduos é o principal objectivo. Para tal, o mobiliário e os equipamentos urbanos como bancos, iluminação, fontes, coberto vegetal, sombreamento são indispensáveis para atraírem a população e garantirem conforto no espaço público;
- > parques urbanos, são espaços de menores dimensões que os parques regionais, destinam-se ao mesmo tipo de actividades de recreio e lazer - andar, correr, fazer piqueniques, sentar, descansar e jogar. No entanto, para além das proporções inferiores tanto das dimensões do espaço, como das actividades neles desenvolvidas; os parques urbanos não se localizam nos periferias dos grandes centros urbanos, mas antes dentro e integrados no tecido urbano;
- > parques lineares, são espaços que se identificam com o movimento e com o passeio em meios de características mais rurais. Estes podem integrar a deslocação tanto pedonal, como por meio de outro tipo de transporte: cavalo, carruagem, bicicleta ou carro. Quando os parques lineares se desenvolvem em torno de um rio, riacho ou uma ribeira, são denominados parques de rio.

A dimensão funcional

Do ponto de vista da funcionalidade do espaço público, o desenho urbano pode ser o catalisador da renovação de toda a envolvente imediata do espaço ou, numa situação mais abrangente, de todo o bairro (Gehl e Gemzøe, 2000: 92). Foi esta aliás a estratégia seguida em Barcelona quando do mandato do primeiro "Ayuntamiento" eleito após a transição democrática, com o sucesso que se conhece (Bohigas, 1984).

Os espaços públicos de recreio e lazer são espaços da cidade, vocacionados para o encontro entre pessoas e as actividades que estas desenvolvem para seu lazer, recreio ou entretenimento. Este tipo de espaço carece de uma meticolosa combinação entre equipamentos, materiais e as actividades a que pretende dar lugar, para que sejam reunidas as condições que garantem o conforto no espaço público (Gehl e Gemzøe, 2000:87). Integram uma área extensa de coberto

vegetal ou mineral: superfícies de pedra e cascalho, fontes, cascatas ou lagos e áreas arborizadas. Como Gehl e Gemzøe (2000) referem são,

"(...) oásis combinando grande variedade de elementos, espaço e oportunidades para actividades e sossego."

(Gehl e Gemzøe, 2000:31)

Sobre a noção de "oásis" o "Projecto Cidade" no Rio de Janeiro, no Brasil, descreve esta função associada ao espaço público, como sendo um pequeno espaço destinado ao repouso e lazer, localizado nas esquinas onde o passeio apresenta largura suficiente para a sua implantação. Para isso, os espaços devem ser,

"(...) devidamente tratados com arborização, mesas, bancos e outras peças de mobiliário urbano, adquirem maior amplitude nos cruzamentos."

(PCRJ, 1996:37)

Os espaços públicos de maior centralidade na malha urbana, são locais onde se concentram actividades e acontecimentos colectivos de maior ênfase no âmbito da cidade ou do bairro; onde decorrem cerimónias, mercados, festivais e diversos eventos diários com destaque à escala urbana (Gehl e Gemzøe, 2000: 136). Como tal, estes espaços funcionam como salas de estar urbanas e locais de encontro, geralmente equipados com mobiliário, iluminação e vegetação de carácter permanente, as quais garantem o conforto dos seus ocupantes (Ratouis, Marrière e Dieudonné, 1997:216-218; Wiedenhoef, 1979:136) [Fig. 2].

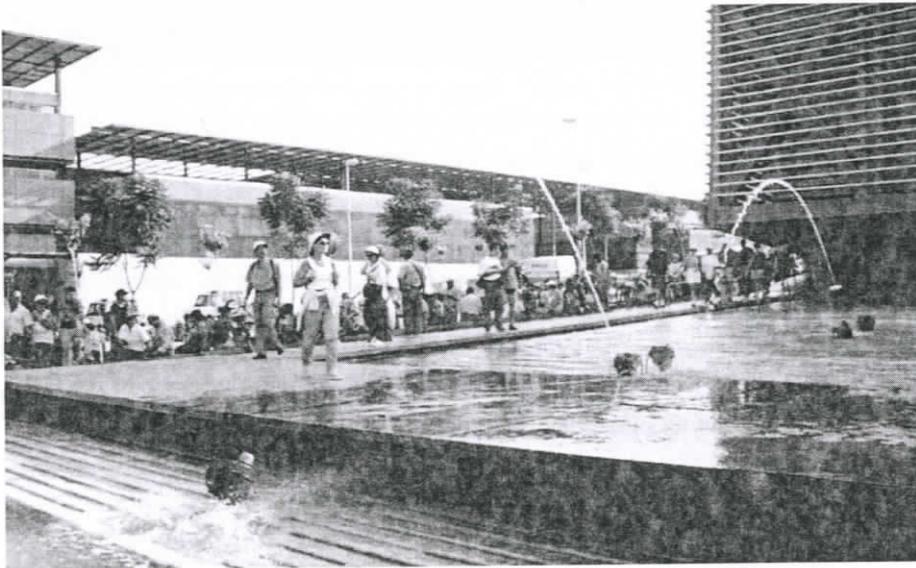


Fig. 2 Espaço público não linear, espaço de diversão e encontro colectivo – Parque das Nações, Lisboa –.

A dimensão ambiental

Os aspectos ambientais assumem particular importância e pertinência no entendimento dos fenómenos de uso e apropriação do espaço público. No entanto, o limite entre esses aspectos e a necessidade de gerar dinâmicas e sociabilização (uso e apropriação) no contexto urbano não é exacto. Lillebye (2001:33) considera que o efeito das condicionantes ambientais como ameaça

à vivência e sustentabilidade das ruas é relativo e conseqüentemente difícil de medir. Por isso, a autora defende que o importante nas interações entre o meio e a sociedade está em encontrar o equilíbrio entre ambiente e dinâmica urbana.

As condições ambientais, favoráveis ou desfavoráveis, interferem com os níveis de apropriação e/ou utilização dos espaços públicos. O controlo destes factores, no espaço público, potencia os níveis de conforto humano no espaço público e nessa medida podem fomentar a vida pública na cidade. Porém essas condições ambientais fazem-se sentir através de microclimas, cujas características também variam de zona para zona, dentro da cidade.

As condições climáticas

As condições climáticas que afectam o conforto no espaço urbano exterior são a presença de luz solar directa, a temperatura ambiente, a velocidade do vento que percorre o espaço público (Givoni, 1998; Marcus, Francis e Russell, 1997) e a humidade relativa do ar (Romero, 2001). Estes factores, de modo combinado, interferem nos níveis de apropriação que se observam nos espaços públicos.

Luz solar

A incidência solar no espaço público depende da estação do ano e do tipo de edificado que existe no seu perímetro fazendo assim variar os níveis de luminosidade no espaço público. O movimento sazonal do sol e as estruturas existentes têm que ser levadas em consideração de modo que o espaço público receba o máximo de luz solar directa quer de Verão quer de Inverno (Marcus, Francis e Russell, 1997:26).

É ainda importante ter em conta, no projecto de espaços públicos, o problema da "claridade". Demasiada claridade, devido às novas técnicas construtivas que evidenciam o uso do vidro espelhado e reflector da luminosidade solar, torna a circulação e permanência no espaço público desconfortável por possíveis excessos de luz. As praças são predominantemente superfícies rígidas, normalmente rodeadas de edifícios com superfícies altamente reflectoras, pelo que nos dias de sol, o encandeamento pode ser um problema sério (Dupagne e Oliveira Fernandes, 1995:38). Contrariamente, se não houver formas de garantir o mínimo de claridade nos dias mais sombrios, a apropriação do espaço público também se torna desconfortável.

Temperatura ambiente

A temperatura ambiente no espaço urbano público depende da sua localização na cidade, das características morfológicas, da disposição das estruturas urbanas, do *design* da rua, da localização de mobiliário de rua e da exposição solar (Dupagne e Oliveira Fernandes, 1995:40). Estudos efectuados em Copenhaga e Manhattan (Gehl, 1986; Pushkarev and Zupan, 1975) confirmam que quando as temperaturas são demasiado baixas (abaixo dos 12° C) ou excessivamente

elevadas (acima dos 24° C), o conforto urbano não é garantido. Em áreas geográficas onde seja frequente temperaturas acima dos 24° C devem ser previstas soluções de sombreamento do espaço público.

Segundo Givoni (1998) em áreas de clima mediterrânico, os valores da temperatura exterior no espaço urbano em que é mais confortável caminhar e estar, é próxima dos 17° C. Espaços públicos amplos e afastados do centro, são espaços com temperaturas amenas e ar fresco, também considerados como canais de respiração da cidade, certamente são espaços com características mais favoráveis ao conforto humano.

Vento

A velocidade dos ventos é também um aspecto climático determinante para garantir, ou não, a apropriação dos espaços públicos. É do conhecimento comum que muitos edifícios elevados condicionam a circulação do vento no sentido descendente, multiplicando-lhe a força e tornando desconfortáveis actividades como caminhar ou sentar junto a estes Fig. 3 (Marcus, Francis e Russell, 1997:33).

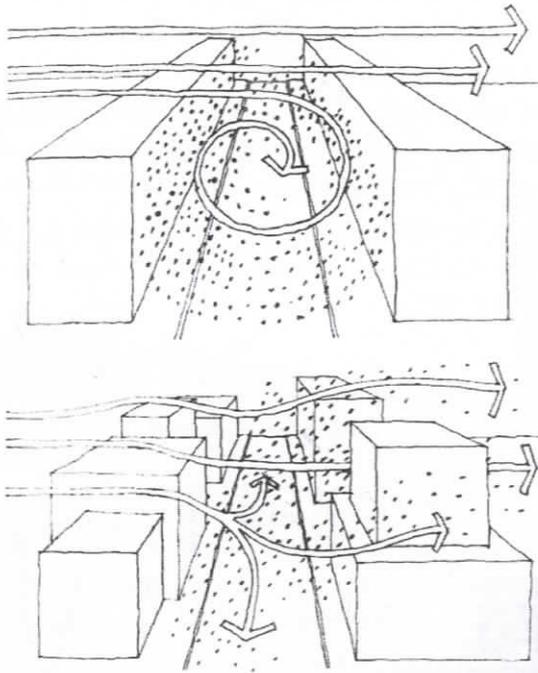


Fig. 3 Efeitos do vento no espaço urbano público.
Fonte: Carmona *et al.*, 2003, in 'Public Places. Urban Spaces', pp. 187.

Humidade relativa do ar

A humidade relativa do ar é uma variável cujos efeitos em zonas específicas do espaço público são pouco conhecidos (Romero, 2001; Givoni, 1998; Oke, 1988). Segundo estes autores, pode-se considerar que a humidade relativa do ar é mais baixa na cidade, em virtude da existência de ilhas de calor e do grau de vapor de saturação em relação à temperatura, uma vez que a comparação da pressão do vapor urbano-rural com os valores da densidade urbana estão muito pouco estudados.

Os factores biofísicos

A apropriação do espaço público é valorizada pela presença da componente vegetal (Marcus, Francis e Russell, 1997:36-37). Os espaços verdes relacionados com outros espaços da malha pedonal devem apresentar características de multifuncionalidade, para que possam conjugar-se com espaços para actividades de recreio, lazer, estar, tempos livres, jogos e recreio de crianças, exercícios físicos e desporto, bem como actividades culturais e recreativas.

Além das espécies vegetais, a presença do elemento água, nas suas variadas formas pode contribuir para a atractividade do espaço público. Estas motivações são o conforto ambiental e sensações (principalmente ao nível visual e acústico) de agradabilidade.

Conclusão

Os espaços públicos (ruas, praças, parques, alamedas, ...) tal como qualquer outro factor cultural, reflectem o processo de adaptação da cultura ao ambiente. Rob Krier (1975:19), deu o exemplo onde espaços públicos como mercados, praças, adros, entre outros, foram as heranças deixadas na Europa pelos povos da Idade Média, cuja função era evocar as personalidades da época. Ou seja, esses espaços resultaram de um processo evolutivo e sustentado, em detrimento de uma imposição conceptual. O espaço público, sempre desempenhou um papel importante na diferenciação das classes sociais.

Hoje o papel do espaço urbano público, assim como a natureza e o conteúdo da interacção social que nele tem lugar varia com a classe, grupo étnico, idade, estruturas e tipo de especialização funcional do bairro onde se localiza. Por razões várias, os espaços públicos são importantes para pessoas das mais variadas culturas, fundamento que reafirma a importância universal do espaço público. Por isso, os espaços públicos têm de ser acessíveis a todos, independentemente da idade, capacidades, origens ou rendimento. Esses locais públicos devem oferecer a possibilidade de escolha, em termos de mobilidade e acesso a diferentes actividades, edifícios e recursos, e não devem assumir-se como espaços restritos às necessidades de qualquer sector da sociedade.

Em síntese, os espaços públicos pelas suas mais variadas características apresentam uma grande diversidade ambiental e espacial. Deste modo, pode-se considerar que a forma urbana também serve para organizar ou expressar relações sociais.

Bibliografia

- ALEXANDER, C. 1979. *The Timeless Way of Building*. Oxford University Press. Oxford. New York.
- BOHIGAS, O. 1984. "Por otra urbanidad". in *Planes y Proyectos para Barcelona 1981-1982*. Ayuntamiento de Barcelona. Área D'Urbanisme I Obres Publiques. Unitat Operativa de Planejament Urbanistic. Barcelona.

- DUPAGNE, A. e OLIVEIRA FERNANDES, E. 1995. *Urban Design and Environmental Integration: The Expo'98-Lisboa Experiment*. European Directory of Sustainable and energy efficient building. James & James (Science Publishers) Limited. Hong Kong. pp. 36-40.
- ELLIN, N. 1996. *Postmodern Urbanism*. Blackwell Publishers. Cambridge. Massachusetts.
- GEHL, J. 1986 (4th Edition Revised 2001). *Life Between Buildings. Using Public Space*. Arkitektens Forlag, The Danish Architectural Press. Bogtrykkeriet. Skive.
- GEHL, J. e GEMZØE, L. 2000 (2nd Edition 2002). *Novos espaços urbanos*. Tradução de Carla Zollinger. Editorial Gustavo Gili, SA. Barcelona. Espanha.
- GIVONI, B. 1998. *Climate Considerations in Building and Urban Design*. Van Nostrand Reinhold. ITP A Division of International Thomson Publishing Inc. New York.
- KRIER, L. 1984. *Fourth lesson. Analysis and project for traditional urban block*. Architectural Design, Volume 30. London. UK. pp. 42-48.
- LEVITAS, G. 1986. "Anthropology and sociology of streets". in Stanford Anderson (ed), *on Street*. The Institute for Architecture and Urban Studies. The MIT Press. Cambridge, Massachusetts. pp. 225-240.
- LILLEBYE, E. 2001. "The architectural significance of the street as a functional and social arena". in Colin Jefferson, Janet Rowe e Carlos Brebbia (ed), *Sustainable Street. The Environmental, Human and Economic Aspects of Street Design and Management*. Advances in Architecture Series. WIT Press. Southampton. pp. 3-44.
- LYNCH, K. 1981 (7th Edition 1990). *Good City Form*. The MIT Press. Cambridge. Massachusetts.
- MARCUS, C. C.; FRANCIS, C. e RUSSEL, R. 1997 (2nd Edition Revised 1998). "Urban Plazas". in Clare Cooper Marcus e Carolyn Francis (ed) *People Places. Design Guidelines for Urban Open Space*. Van Nostrand Reinhold. A Division of International Thomson Publishing, Inc.. New York. pp. 13-84.
- PCRJ (Perfeitura da Cidade do Rio de Janeiro). 1996. *Rio Cidade. O urbanismo de volta às ruas*. Perfeitura do Rio de Janeiro. Empresa Municipal de Informática e Planejamento S.A. MAUAD consultoria e Planejamento Editorial, Ltda. Brasil.
- PUSHKAREV, B. e ZUPAN, J. 1975. *Urban space for pedestrians*. Cambridge, MA: MIT Press.
- RATOUIS, O.; MARRIÈRE, D. e DIEUDONNÉ, P. 1997. "Les Espaces Publics, Enjeux d'un Devenir Collectif. Les exemples de Brest et Dunkerque". in *Les espaces publics modernes. Situations et propositions*. Editado por Virginie Picon-Lefebvre. Collection Architectes. Le Moniteur. Paris. pp 211-229.
- ROMERO, M. A. B. 2001. *A arquitetura bioclimática do espaço público*. Coleção Arquitetura e Urbanismo. Editora UnB. Brasília.
- WIEDENHOEFT, R. 1979. "El hombre y la ciudad para peatones: Cuestiones sobre espacio ciudadanos agradables para el hombre" in *La ciudad peatonal*. Editado por PETERS, P. Editorial Gustavo Gili. Arquitectura/Perspectivas. Barcelona.